

EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE NITERÓI – ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Proc. nº 0035607-34.2021.8.19.0002

**MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS**,  
representado pelo seu sócio, **JULIO MATUCH DE CARVALHO**, Administrador  
Judicial nomeado por esse respeitável Juízo de Direito nos autos da **Recuperação  
Judicial** da sociedade empresária **CTESA CONSTRUÇÕES LTDA.**, vem a Vossa  
Excelência relatar as providências já tomadas desde a nomeação, na forma que  
segue.

## I. Brevíssimo resumo da demanda

01. Eminente Magistrada, através de petição inicial de fls. 03-32, ladeada  
por documentos de fls. 33-231, a sociedade empresária **CTESA CONSTRUÇÕES  
LTDA. (“CTESA”)**, requereu a este respeitável Juízo de Direito o deferimento de sua  
recuperação judicial, relatando, de saída, que é sociedade empresária constituída no  
ano de 1992, tendo se notabilizado pela excelência dos serviços prestados.

02. Segundo afirma, a tecnologia de ponta oferecida pela CTESA  
rapidamente a habilitou a prestar outros tipos de serviço de engenharia, em especial  
nas áreas de edificação, construção e manutenção. Menciona que já em meados dos  
anos 90 – i.e., poucos anos depois de sua fundação –, já possuía contratos com  
diversos órgãos da administração pública.

03. Destaca que se tornou referência na prestação de serviços de infraestrutura, tais como obras de construção, restauração e conservação rodoviárias, obras de arte especiais (pontes, viadutos, passarelas etc.), contenção, manutenção de área verde e predial, urbanização e edificação, ao longo de quase 30 anos, principalmente em razão da eficiência no controle de custos das obras que conquistou em processos licitatórios regulares.

04. Acentua que executa obras e serviços nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, concentrando sua atuação nas seguintes áreas: infraestrutura, conservação de rodoviárias, manutenção de áreas verde e prediais, urbanização, edificação, obras de contenção e as chamadas “obras de arte especiais” (como pontes, viadutos, passarelas etc.).

05. Em seguida passou a expor que o país, em que pese previsões otimistas, viveu *os últimos 7 anos* frustrando promessas de investimentos, com obras paralisadas, investimentos travados e remanejamento de verbas, o que impôs à CTESA um período de reposicionamento, ao longo do qual diz ter implementado novos atos de gestão, como a redução do quadro de funcionários e a mudança de sede, o que, a seu ver, caracterizou um “*corte na própria carne*”. Tudo com o fim de diminuir custos.

06. Após, passou a informar que é credora de valores milionários, mas que detém inúmeras responsabilidades que não pode abandonar. *Verbis*:

**“a CTESA é hoje credora de valores milionários em razão de serviços devidamente executados** (boa parte deles medidos e faturados!). **Em paralelo, como prestadora de serviços (em cumprimento a obrigações assumidas junto à administração pública), não pode simplesmente “abandonar”** os contratos que conquistou e precisa, mensalmente, efetuar pagamentos elevados para adquirir, quase sempre à vista, os insumos necessários ao cumprimento dos cronogramas dessas obras, sob pena de lhe serem impostas sanções e pesadas multas. Por fim, a CTESA encontra dificuldade para obter financiamentos para executar novos projetos – no início do ano passado, quando o mundo se agitava em torno dos problemas decorrentes da pandemia, a CTESA se viu obrigada a devolver 3 obras que havia conquistado em licitações.”

07. Na sequência, discorre sobre o agravamento da crise econômica do país e o impacto que os seguidos atrasos nos pagamentos e o inadimplemento sistemático de antigos parceiros tiveram sobre si. Esclarece, ainda, encontrar-se operacional, mantendo suas obras em andamento sem atrasos ou deficiências, mas frisa que o faz a seu próprio sacrifício. Segundo explica, a CTESA vem “financiando” as obras que executa, na esperança de receber os valores que lhe são devidos.

08. Ressalta ser de conhecimento de todos que, pelo menos desde o ano de 2014, o Brasil vem sofrendo os efeitos deletérios de uma das piores crises econômicas de sua história, classificando como verdadeira “crise sistêmica”, agravada mais recentemente por impasses políticos e pela maior pandemia sanitária dos nossos tempos, o que afeta praticamente todos os setores da economia nacional.

09. Acrescenta que o Poder Público passou a adotar uma postura de austeridade e, muitas vezes, de inadimplência. E que esse panorama afetou até mesmo os pequenos empresários que, com o aumento dos preços dos insumos e sem o recebimento pontual pelos serviços prestados, também se viram em dificuldades para honrar suas obrigações.

10. Acredita ter sido questão de tempo até o surgimento de uma cadeia de inadimplência, partindo desde os consumidores individuais e fornecedores, até as maiores empresas do país.

11. Ressalta que o prolongamento dessa situação gerou um descasamento de fluxo de caixa (que crê ser transitório em razão dos elevados créditos de que é titular e do saldo contratual a executar de obras em curso) que não poderá ser corrigido através de típicas “soluções de mercado”.

12. Informa ainda que, sem a facilidade na obtenção de crédito de outros tempos e vítimas do inadimplemento e de rescisões de seus contratos, especialmente pelo Poder Público, empresas como a CTESA viram seu passivo crescer de maneira desproporcional ao rendimento obtido com as obras.

13. Na prática, vários empreendimentos sofreram com atrasos e alguns simplesmente foram paralisados.

14. Menciona que, não fosse suficiente a situação econômico-financeira difícil atravessada pelo país, o mundo ainda teve que lidar com a pandemia do Covid-19, que impôs necessárias medidas restritivas pelo poder público para contenção das mortes da população, mas que representaram novos problemas, tais como a alta dos preços dos insumos e da matéria prima – em larga medida em razão da escassez de insumos no mercado global – além da desvalorização da moeda nacional.

15. Por fim, expõe que as cobranças judiciais e execuções vêm se avolumando, destacando, dentre estas, o processo nº 1097513-44.2020.8.26.0100, em trâmite perante o Juízo da 13ª Vara Cível do Foro Central Cível de São Paulo/SP, que determinou a penhora de 30% do faturamento da CTESA.

16. Advoga que as “proteções legais previstas na LRF podem lhe proporcionar o ambiente adequado para a renegociação de seu passivo, com a construção de um plano de recuperação que englobe não apenas a reestruturação das dívidas, mas também estabeleça diretrizes para novos ajustes operacionais e financeiros”.

17. Esclarece que existe pedido de falência contra si, movido pela credora Uniontech Juntas e Impermeabilizações Ltda. (“Uniontech”), autuado sob o nº 0006047-47.2021.8.19.0002 e distribuído para este r. Juízo em 22.02.2021, exatamente a torná-lo preventivo, na forma da legislação de regência.

18. Daí, declara preencher os requisitos exigidos pela Lei 11.101/2005 para o processamento da recuperação judicial, tendo apresentado a documentação necessária e exposto as causas da crise que atravessa, pelo que pugnou pelo deferimento do processamento da recuperação judicial, com a nomeação de administrador judicial e a dispensa da apresentação de certidões negativas, além da suspensão de ações e execuções ajuizadas contra si.

19. Com o exposto, sobreveio judiciousa decisão de deferimento de processamento do feito recuperacional, da qual destacam-se os seguintes trechos, às fls. 237-239, *in verbis*:

“A empresa requerente atendeu aos requisitos do artigo 48 da Lei 11.101/05, ao comprovar que está em atividade há mais de 02 (dois) anos conforme se pode constatar dos atos constitutivos

e dos comprovantes de CNPJ. Além disso, pelo vídeo apresentado na inicial, através do QRcode é possível comprovar o regular funcionamento da empresa. Apresentou ainda certidões confirmando não ser e não ter sido falido e nem ter obtido recuperação judicial nos últimos cinco anos (artigo 51, incisos I, II e III) e declarações criminais comprovando não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos na correspondente lei (artigo 51, inciso IV). A inicial expõe as causas da crise econômico-financeira, conforme impõe o inciso I do art. 51 da Lei 11.101/05, vindo acompanhada da documentação exigida pelo inciso II do mesmo artigo. Pelo exposto, defiro o processamento da recuperação judicial da referida empresa e determino, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/05:

I - A dispensa da apresentação de certidões negativas para que a requerente exerça suas atividades, exceto para contratar com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios;

II - Que a requerente acrescente após seu nome empresarial a expressão "em recuperação judicial";

III- A suspensão de todas as ações e execuções contra as requerentes, na forma do art. 6º, §4º da Lei 11.101/05 e mais as exceções previstas no art. 49, parágrafos 3º e 4º da mesma Lei, pelo prazo de 180 dias;

IV - Que a requerente apresente contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores; V - A expedição e publicação do edital previsto no parágrafo 1º do art. 52 da Lei 11.101/05;

VI - A intimação do Ministério Público e comunicação às Fazendas Públicas Federal, Estadual e do Município do Rio de Janeiro. Nomeio, nos termos do artigo 52, inciso I, o Administrador Judicial o Dr. Julio Matuch de Carvalho, OAB/RJ: 98.885, com escritório na rua da Assembleia, 40, 5º andar, Rio de Janeiro, RJ, , tel.: 2544-0989 e e-mail [julio@mcaa.adv.br](mailto:julio@mcaa.adv.br), que desempenhará suas funções na forma do inciso III do caput do artigo 22 da Lei 11.101/05, sem prejuízo do disposto no inciso I do caput do artigo 35 do mesmo diploma legal. Com observância ao disposto no artigo 24 parágrafos 1º e 2º, da Lei 11.101, fixo a remuneração do Administrador Judicial em 5% (cinco por cento) sobre valor total da recuperação.”

20. Assim é que, ao tempo em que nomeou este Administrador Judicial para exercer tal elevado e honrado múnus nos presentes autos, determinou sua intimação para, aceitando o encargo, firmar o termo de compromisso, o que foi feito à fl.286. É a síntese do necessário.

## II. Das providências tomadas por este Administrador Judicial desde a assinatura do Termo de Compromisso

21. Por aceitar tal encargo, que muito lhe honra e dignifica, este Administrador Judicial assinou o *Termo de Compromisso* em cartório, que foi juntado na fl. 286 e, ato contínuo, iniciou suas atividades, que até o momento, são assim resumidas:

(i) Análise e verificação da petição inicial e da documentação com ela juntada, com a finalidade de melhor conhecer as características da sociedade empresária requerente e as razões do pedido de recuperação;

(ii) Contato com os ilustres patronos da sociedade requerente, buscando receber documentação indispensável ao correto exercício do mister para o qual foi nomeado e agendar inspeção no endereço da sede, com a presença do sócio, com a finalidade de atestar seu correto funcionamento e expor o escopo da Administração Judicial;

(iii) Criação da conta de e-mail ctesa@mcaa.adv.br, visando implementar um canal de comunicação direta com os credores da recuperanda e demais interessados, além de receber as divergências e as habilitações de crédito;

(iv) Envio de cartas aos credores, tomando por base a “Lista de Credores”, juntada aos autos pela recuperanda, conforme se extrai das fls. 98-110.

(v) Realização de diligência de verificação e inspeção *in loco*, para fins de constatar as reais condições de funcionamento da Sociedade Recuperanda.

22. De modo a posicionar melhor este respeitável Juízo, passa a detalhar, ainda que resumidamente, as referidas atividades mencionadas.

**II.a** Análise e verificação da petição inicial e da documentação com ela juntada.

23. Conforme dito, este Administrador Judicial analisou profundamente o petitório inicial, além de toda a documentação encartada pela recuperanda, com a finalidade de melhor conhecer as características da sociedade empresária e as razões do pedido de recuperação.

24. Pode-se afirmar que a análise inicial corrobora, a nosso sentir, a argumentação que lastreia o pleito recuperacional, constatação essa que será devidamente esmiuçada no próximo Relatório Mensal de Atividades (RMA), o primeiro desta administração judicial, que oportunamente será apresentado nos autos.

**II.b** Contato com os ilustres patronos da sociedade requerente.

25. Excelência, esta Administração Judicial fez contato telefônico com os ilustres patronos da sociedade requerente, fornecendo os seus contatos e solicitando os contatos prioritários para tratar das questões relativas ao andamento da recuperação judicial, incluindo a remessa de documentos essenciais ao início dos trabalhos, bem como solicitando os endereços atualizados para que se pudesse agendar, o mais breve possível, as inspeções na sede da recuperanda, para fins de elaboração do relatório inicial.

26. Ato contínuo, todas as requisições foram atendidas, sendo certo que os ilustres patronos da recuperanda diligenciaram reunião com o corpo técnico da sociedade em recuperação, como acima mencionado, bem como enviaram a esta Administração Judicial a Lista de Credores em Excel, garantindo o envio das correspondências aos credores de forma rápida e eficiente.

27. Cumpre mencionar que pende ainda o envio pela recuperanda da documentação contábil que possibilite a confecção do primeiro Relatório Mensal de Atividades.



**II.c**      Criação da conta de email [ctesa@mcaa.adv.br](mailto:ctesa@mcaa.adv.br).

28. Visando implementar um canal de comunicação direta com os credores da recuperanda e demais interessados, além de facilitar o recebimento de divergências, habilitações de crédito e comunicações em geral, esta Administração Judicial informa a Vossa Excelência a criação de uma conta exclusiva de e-mail, a saber, [ctesa@mcaa.adv.br](mailto:ctesa@mcaa.adv.br), que já se encontra em pleno funcionamento, estando ainda disponibilizadas as demais formas de comunicação, como o telefone PABX e o endereço do Administrador Judicial, os quais constam do timbrado desta petição.

**II.d**      Envio de correspondências aos credores da Recuperanda

29. Em regular e estrito cumprimento ao disposto no artigo 22, I, a da Lei nº 11.101/2005, este Administrador Judicial informa a Vossa Excelência que enviou, até o presente momento, o total de 309 (trezentas e nove) correspondências a credores da sociedade em recuperação, comunicando-os a data do pedido de recuperação judicial, bem como a natureza, o valor e a classificação dada ao respectivo crédito.

30. As referidas correspondências também detalharam a forma pela qual seriam recebidas eventuais divergências de crédito.

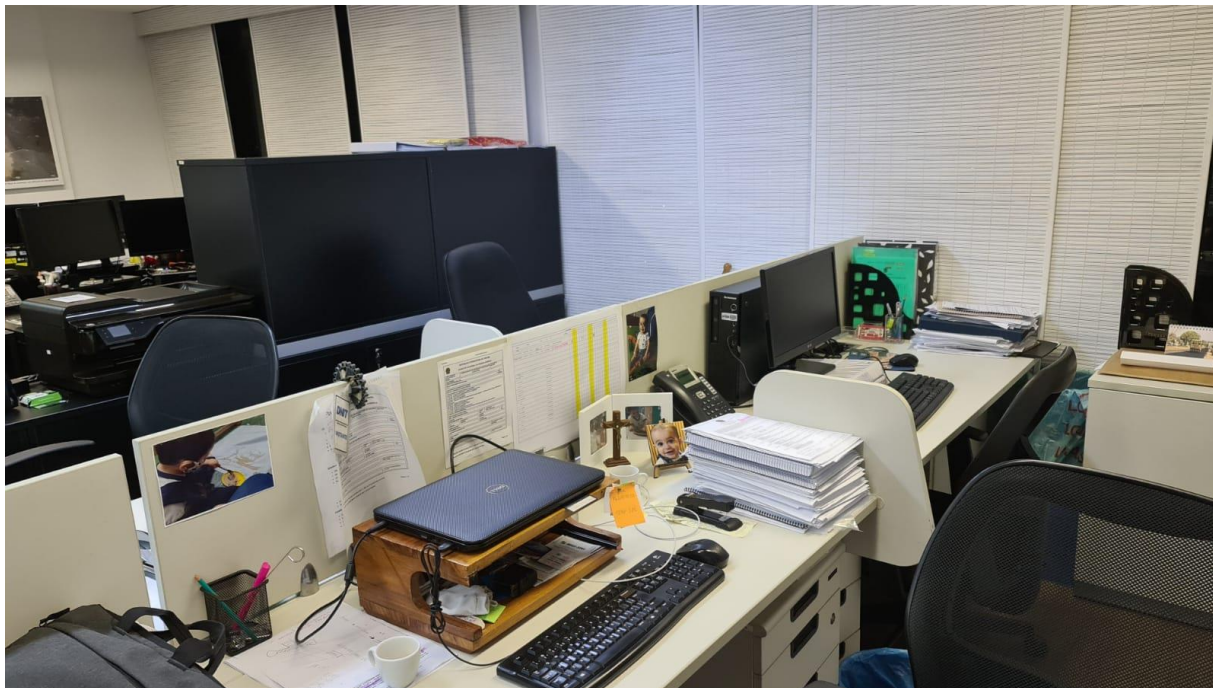
**II.e.**      Realização de diligência de inspeção in loco na sede da Recuperanda

31. Como dito, após prévio agendamento com os ilustres patronos da Recuperanda, foi então realizada, no dia 16 de setembro de 2021, a primeira diligência de inspeção pessoal na sede da Sociedade Recuperanda, situada na Rua Visconde de Sepetiba, nº 935, salas 1.222 e 1.223, Centro, Niterói/RJ, CEP 24020-206.

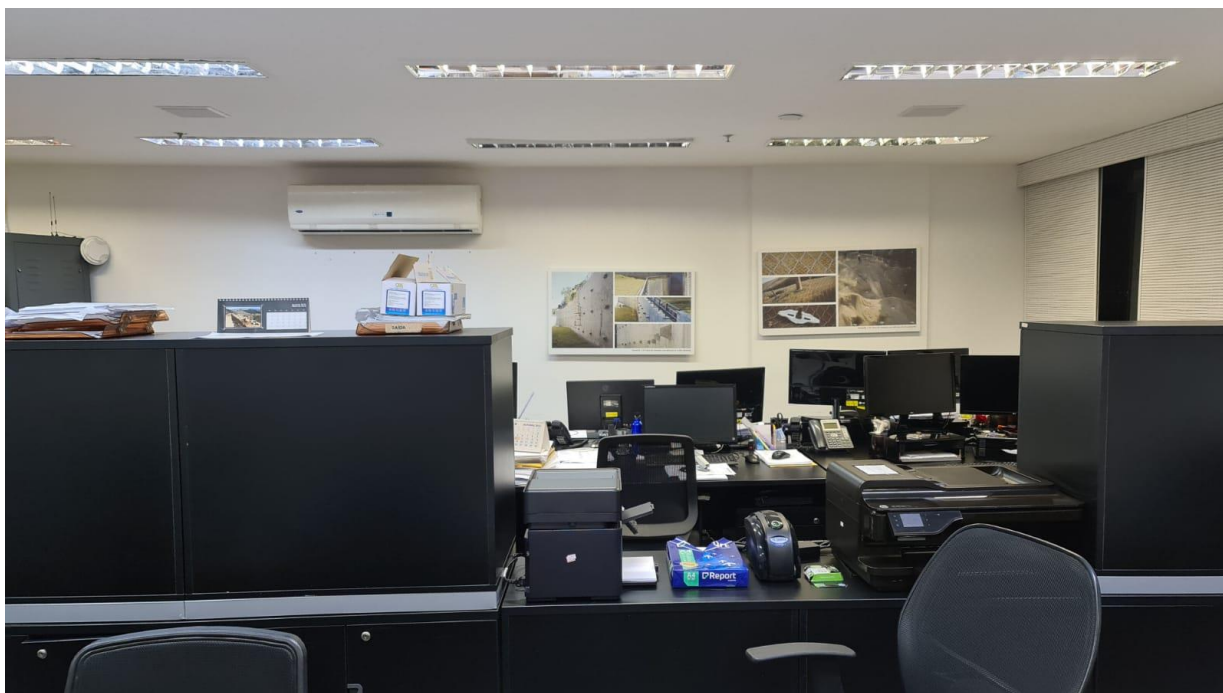
32. Durante a realização da diligência, esta Administração Judicial constatou que a Recuperanda se encontra em pleno e regular funcionamento, estando a sede bem equipada e ocupada por funcionários da sociedade, que narraram a excelente disposição técnica de trabalho que a CTESA detém.



33. Seguem algumas fotos obtidas na referida oportunidade, para melhor ilustrar o quanto informado:



1 - Vista da entrada para sala dos funcionários.



2 – Vista da sala da Diretoria para a sala dos funcionários.



3 – Vista dos banheiros e copa.



4 – Vista da sala da diretoria e setor financeiro.





5 – Vista da Mesa da diretoria.

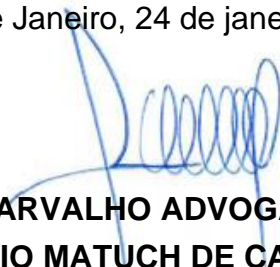


6 – Vista do fundo da sala dos funcionários.

## Eminente Magistrada

Diante de todo o exposto, tendo sido relatado o trabalho realizado até o presente momento, este Administrador Judicial informa a Vossa Excelência que acompanhará todas as medidas que serão tomadas pela Recuperanda ao longo do feito, o que inclui a medição de liquidez financeira e a análise dos demonstrativos de resultados, aferindo se sua evolução ou involução acompanham oscilação gradativa, do que manterá este r. Juízo regularmente informado.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2022.



**MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS**

**JULIO MATUCH DE CARVALHO**

**Administrador Judicial**

**OAB/RJ 98.885**